

REVISTA  
DA ACADEMIA  
DE LETRAS DA BAHIA

MARÇO DE 1996

Nº 42

---

## AS TRÊS ETAPAS DO PAÇO DOS ÁVILA EM TATUAPARA

Paulo Ormino de Azevedo

O único monumento quinhentista brasileiro e um dos três únicos americanos ameaça ruir. Tombada há 57 anos, a sede do maior latifúndio de que se tem notícia na América mereceu das autoridades responsáveis apenas a consolidação de parte de uma fachada, no final da década de 50. De lá para cá nada mais se fez. Abandonado, o edifício se arruína a cada ano. O monumento corre ainda o risco de, pressionado pela opinião pública, o Estado intervir precipitadamente para evitar seu desaparecimento sem os estudos e cautelas necessários, destruindo valores históricos e estéticos, como infelizmente tem ocorrido ultimamente na Bahia e no País.

A falta de recursos e o desaparecimento de uma suposta planta que teria sido leiloadada na Europa na década de 20 têm servido de escusa para a não-realização de uma intervenção mais consistente no edifício, como se esse fosse um elemento indispensável para tal ação.

Ora, conhecemos pouquíssimas plantas coevas de monumentos históricos e isso não impediu que ruínas da Antiguidade fossem consolidadas e reintegradas ao uso social, como ocorre com a maioria das termas e círculos romanos, na Europa, ou que monumentos coloniais brasileiros fossem restaurados e devolvidos ao público. Uma planta, além do mais, esclarece muito pouco sobre o alçado e detalhes de um edifício.

Não estamos advogando que devamos intervir em um monumento sem um razoável conhecimento histórico do mesmo, senão que existem outras fontes que conjuntamente com as escritas e gráficas podem permitir a reconstrução da história de um monumento. Refiro-me a sua leitura arquitetônica e à pesquisa arqueológica de seu subsolo.

Um fato novo nesse quadro é a organização da sociedade civil para cobrar do Estado providências e, na medida do possível, agir com seus próprios recursos. Assinale-se neste sentido a criação, em 1981, da Fundação Garcia D'Ávila e, mais recentemente, do Centro Cultural e de Pesquisa do Castelo da Torre.

Este último já conseguiu do Instituto Militar de Engenharia a realização de um acurado levantamento fotogramétrico do monumento e por mediação nossa está negociando com o Museu de Arqueologia da UFBA a realização de um programa de prospecção arqueológica do mesmo.

Mesmo sem contar com esse valioso recurso, uma atenta leitura arquitetônica do monumento revela importantes elementos que não podem ser desprezados pelos historiadores de arte e responsáveis pela sua conservação. Não obstante seu estado de arruinamento, o edifício conserva indícios construtivos muito claros de suas etapas de construção e forma primitiva. Estão ali perfeitamente visíveis os aparelhos empregados nas distintas etapas, as empenas e rufos que definiam os planos dos telhados, os beirais e cornijas primitivas, os cachorros que sustentavam o vigamento dos assoalhos, as impostas de arcos, os arranques de escadas e as bicas de drenagem dos cômodos de serviço.

Com base nesses indicadores, cotejados a fontes escritas e tipologias vigentes na Bahia de então, ousamos pôr em dúvida alguns entendimentos consagrados sobre o monumento, no sentido de subsidiar não só a pesquisa arqueológica, como a sua restauração, entendida como "o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão ao futuro".<sup>1</sup>

Superada a discussão sobre o suposto caráter militar do monumento<sup>2</sup>, restava a questão da época ou épocas de construção do monumento. A periodização do monumento, ainda hoje aceita oficialmente, foi lançada em 1939 por Godofredo Filho<sup>3</sup>. O representante da SPHAN na Bahia admite que a casa teria sido construída em 1551 por Garcia D'Ávila e ampliada por seu neto, Francisco Dias D'Ávila, antes de 1624.

Não só pomos em dúvida essas datas, como acreditamos que ao invés de duas foram três as etapas de construção do palácio dos Ávila em Tatuapara, pelas razões que exporemos a seguir. Cada uma dessas fases está claramente definida pela concepção arquitetônica, orientação dos acessos e técnica construtiva adotada, como veremos.

## Primeira etapa — Capela Renascentista e Casa-Torre Medieval

Godofredo Filho, aparentemente estribado em Borges de Barros, afirma que a Casa da Torre teria sido construída em 1551. Ora, é impossível imaginar que, após dois anos de fundada a cidade do Salvador, quando praticamente todas as suas construções eram de taipa e palha e Tatuapara ainda estava dominada pelos índios, pudesse Garcia D'Ávila construir um conjunto de casa e capela com abóbadas de arestas, cúpula e refinada decoração em estuque.

Pedro Calmon precisa que Garcia D'Ávila só se instalou ali depois que recebeu de Tomé de Souza a sesmaria que lhe doou o Rei, em 11 de dezembro 1560, e defende o ano de 1563 como o mais provável para o início da construção da casa e capela<sup>4</sup>.

O requintamento daquelas construções, que ainda hoje se conservam, evidencia que ali intervieram arquiteto, mestres e artesãos da metrópole, o que pressupõe que seu proprietário já era um homem rico quando a construiu. Este fato e a inexistência nas suas proximidades de qualquer assentamento humano que pudesse servir de apoio a uma construção daquele requinte nos levam a admitir que aquela não seria a primeira, senão a segunda casa de Garcia D'Ávila no local, provavelmente originária da transição da década de 60 para 70 do século XVI. O fato é que casa e capela já se encontravam concluídas e decoradas em 1586, como testemunham Fernão Cardin e Gabriel Soares.

Não há a menor dúvida de que a capela sextavada descrita por Cardin é a atual, como concluiu Godofredo Filho<sup>5</sup>. Por outro lado, a identidade de fábricas e de tratamento decorativo da capela e das três salas anexas comprova que aqueles cômodos faziam parte do conjunto primitivo edificado por Garcia D'Ávila. Quem primeiro notou a diferença de aparelhos daquela parte com o restante do edifício foi Braz do Amaral, em visita realizada em 1915, sem contudo tentar datá-las<sup>6</sup>.

A capela e a casa primitiva estão construídas com muros de um metro de espessura em aparelho misto: pedras irregulares, relativamente pequenas, de diferentes naturezas — granito, gnaisse e arenito claro — com juntas horizontais de regularização de tijolos chatos a cada 20 ou 25cm. A presença de granitos e gnaisse nessas alvenarias comprova que pelo menos as pedras teriam vindo de outros locais, provavelmente de barco. A procedência desses e de outros materiais é um ponto a ser esclarecido com análises laboratoriais<sup>7</sup>.

Formavam a estrutura horizontal do sobrado abóbadas de aresta em tijolo chato. São do mesmo material as vergas e ombreiras de portas e janelas. A cobertura da casa era seguramente uma estrutura de madeira recoberta por telhas canal. A capela, de planta hexagonal, está coroada por uma cúpula hemisférica de tijolo suspensa em "pendentifs".

O templo, seguindo normas canônicas muito antigas, tinha não só sua porta principal como as duas secundárias orientadas para o poente. A casa acompanhou a orientação da capela, embora devesse ter balcão voltado para o mar, não só pela necessidade de vigiar o oceano como para captar a brisa marinha.

Qualquer arquiteto experiente pode verificar que foi a casa que se ajustou à capela e não o contrário, comprovando que não só conceitualmente como construtivamente a capela precedeu a vivenda, embora num processo contínuo. Esse fato reforça a idéia de que Garcia D'Ávila, instalado em uma primeira casa mais rústica, comandou a construção do conjunto da capela e casa definitiva.

A regularidade das juntas que separam as alvenarias da casa primitiva das etapas subseqüentes sugere que aquele edifício não foi mutilado ao ser envolvido por outro maior. A vivenda primitiva, como comprovam seus muros, era constituída por uma planta que se repetia nos dois pavimentos: salão quadrado com pilar central que servia de apoio a abóbadas de aresta e um par de quartos menores recobertos também por abóbadas, totalizando 284 m<sup>2</sup>.

Como é comum em Portugal, uma escada conduzia o visitante do exterior diretamente ao pavimento nobre. Essa escada cujo arco em asa de cesto ainda se conserva estava praticamente íntegra até o início deste século.

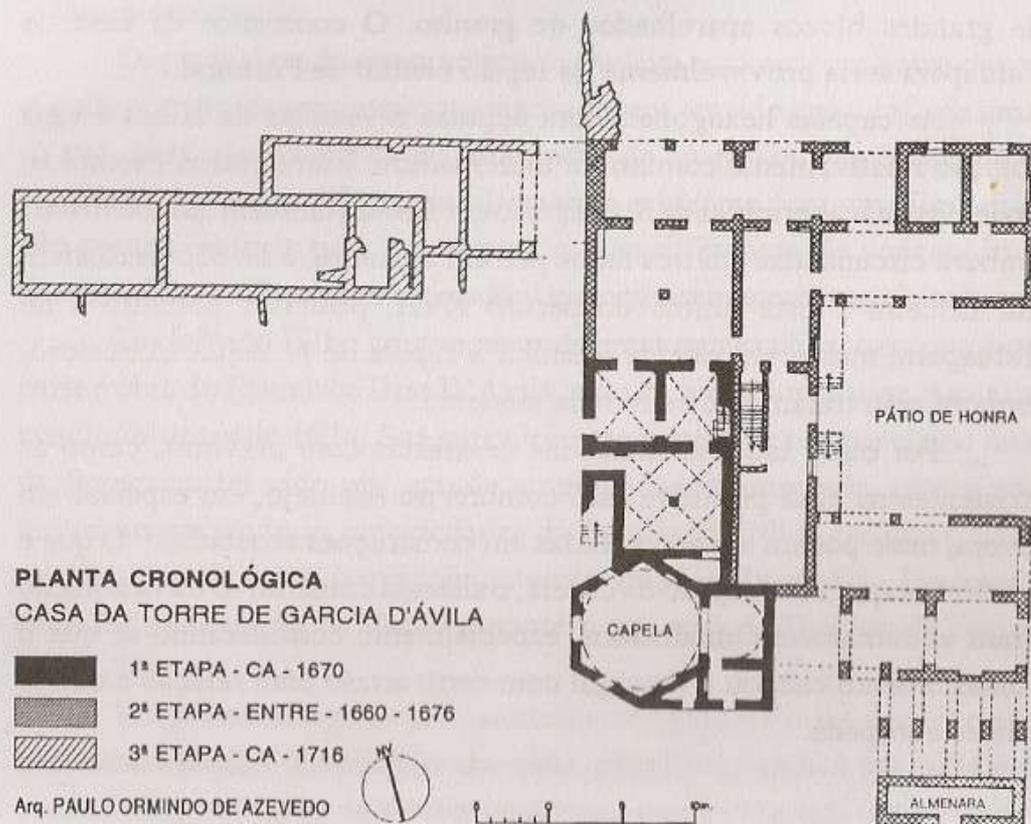
*"Da escadaria da parte da frente (poente) só se vê, faltando três degraus, a que tomava pela direita para quem está em frente ao castelo", descreve Borges de Barros. Wanderley Pinho também a conheceu, em 1929: "A escadaria quase estreita junto à capela (é de notar que essa escadaria é de tijolo e argamassa e não de lajes inteiriças como duas outras no interior das ruínas)".<sup>8</sup>*

Os remanescentes de uma escada entaipada, seguramente quando da reforma do século XVII, indicam a articulação da cozinha térrea com

o andar superior. Tinha razão Robert Smith ao afirmar que a designação de Casa da Torre dada por Garcia D'Ávila a sua vivenda de Tatuapara referia-se a um tipo de solar comum na região entre o Minho e o Douro, em Portugal, de onde ele provinha, e não a existência de uma torre de menagem. A este propósito, vale conhecer o programa das casas-torres dos séculos XII e XIII no distrito de Braga, situadas na margem do Cávado:

*“As casas de pedra, que são as que nos interessam para o nosso caso, eram, em geral, fortificadas e não obedeciam a qualquer planta-tipo, mas podemos distinguir nelas três elementos fundamentais: a aula ou mais raramente a sala, a habitação privada ou câmara e a capela.*

*A aula seria um edifício retangular que nos fins do sec. XII constava de um salão de gala sobre um piso térreo onde se situavam a cozinha e a dispensa. A partir do sec. XIII são geralmente de um só piso pois as instalações do piso inferior são levadas para uma construção adventícia. Se existia uma torre, as dependências residenciais podiam situar-se nelas. A aula ocupava então toda a superfície de um piso. Este esquema manteve-se longo tempo, pois é o que vamos encontrar no Paço de Nespereira, solar-torre do século XVI (...) É preciso notar que se não conhece a existência de capelas nas torres”.*<sup>9</sup>



A descrição parece ajustar-se como uma luva à vivenda quinhentista de Garcia D'Ávila. Se a casa tem raízes medievais, o plano centrado da capela e a decoração em estuque do conjunto são francamente renascentistas. Chama a atenção seu requinte construtivo, com abóbadas e cúpulas ornadas por frisos e almofadas de estuque. Mesmo o andar térreo, que no mundo luso-brasileiro era destinado a serviços e dormitório de empregados e escravos, tem acabamento esmerado. Vê-se que ali intervieram arquiteto e artesãos reinóis de excelente formação.<sup>10</sup>

Contrastam com este requinte as pequenas dimensões da casa, que somada à capela totalizava 407 m<sup>2</sup>. O próprio Garcia D'Ávila a descreve, em seu testamento, como um agregado da capela: ... "casas da Torre pegada a ela"... É certo que existiam em torno à residência do dono outros pavilhões destinados a dormitórios de dependentes e empregados, depósitos e serviços. Gabriel Soares viu o conjunto como "uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora, mui ornada..."

Embora seu proprietário viesse do norte de Portugal e sua denominação e tipologia sejam minhotas, a primitiva casa nada tem a ver com a tradição construtiva daquela região, onde predominam as alvenarias de grandes blocos aparelhados de granito. O construtor da casa de Tatuapara seria provavelmente da região central de Portugal.

As capelas hexagonais com cúpulas revestidas de telhas é uma solução relativamente comum na Estremadura. Entre outros exemplos, podemos citar as ermidas de S. Gregório em Tomar, também quinhentistas, embora circundadas em três lados por um alpendre, e de São Sebastião, em Ericeira<sup>11</sup>. Esta última do século XVII, posterior portanto à de Tatuapara, mas praticamente idêntica à capela de N. S. da Conceição, embora com tratamento bem mais modesto.<sup>12</sup>

Por outro lado, as abóbadas de arestas com nervuras, como as existentes na casa primitiva, são comuns no Alentejo, em especial em Évora, onde podem ser encontradas em construções abastadas.<sup>13</sup> O que é evidente é que a concepção da capela, o sistema construtivo e a decoração eram extremamente atualizados, especialmente considerando-se que o Renascimento chegou a Portugal com certo atraso com relação a outros países europeus.

## Segunda etapa — Vila Barroca a Cavaleiro do Mar

O restante do edifício se diferencia da primeira etapa por várias razões. A mais evidente é o sistema construtivo, formado por grandes blocos de cantaria de arenito ferruginoso, muito abundante na região e ainda hoje utilizado nos alicerces de casas populares e de veranistas da região. Estes muros, que têm uma espessura de 80cm ao nível do térreo, menor que os da primeira casa, estão executados em “opus quadratum”, com juntas embrechadas a cada 40 ou 50cm, que se alternam com “opus incertum” do mesmo material.

Algumas alvenarias que não deveriam ser vistas, como a do muro oeste do sótão (3º pavimento), estão construídas exclusivamente em “opus incertum”. Vergas e ombreiras de vãos, assim como os lajões do terraço da ala sudeste, são de arenito marinho claro. Esse arenito resistia melhor à flexão e possibilitava melhor acabamento, sendo por isto utilizado nesses casos. Não há vestígios de tijolo nem de abóbadas e cúpulas, embora grande parte do edifício esteja suspensa sobre arcos de cantaria. A renúncia a esses elementos e volta a formas de construções ciclópicas indicam um empobrecimento tecnológico com respeito à primeira construção.

Os pisos elevados eram solhos de madeira e ruíram com o abandono. A parte construída em arenito vermelho parece ter sido executada de uma só vez, pois não há juntas ou diferenças de aparelhos que insinuem o contrário. As outras diferenças são menos evidentes para um leigo, mas não menos legíveis para um arquiteto. São diferenças de concepção e desenho. Para esclarecer esta questão devemos rememorar outras hipóteses.

Godofredo Filho admite, sem dar maiores explicações, que esta parte é obra do Francisco Dias D'Ávila, neto do fundador da casa, e estaria concluída antes de 1624. Sua suposição aparentemente se baseia no fato de Francisco ter sido um grande empreendedor, movendo guerra aos índios e ampliando as propriedades da família. Smith sugere que, a ser verdadeira essa hipótese, provavelmente interveio nas obras o Eng. Francisco de Frias, que esteve na Bahia durante o governo de D. Luís de Souza (1617-21).

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que aquela intervenção não era uma simples ampliação da casa primitiva, senão um edifício conceitualmente novo, seis vezes maior que o primeiro, que absorveu em

sua volumetria, provavelmente por razões afetivas, o conjunto quinhentista. Tratava-se de um palácio com partido em U, tipicamente barroco, partido que só seria introduzido na metrópole em meados do XVII e que em nenhuma hipótese poderia ter sido utilizado na Bahia, no início do século, como supõe Godofredo Filho.

Em 1981, o historiador de arte português Flávio Gonçalves descobriu no Arquivo Distrital do Porto um contrato firmado em 1716 por dois mestres canteiros — Manuel Fernandes Abreu e João Álvares — e um pedreiro — Francisco Moreira — para irem trabalhar por um ano em Tatuapara a pedido de Garcia D'Ávila Pereira, proprietário daquelas terras, representado por Cristóvão de Vasconcelos e Brito, comerciante do Porto.<sup>14</sup>

Para Flávio Gonçalves não há dúvida de que a segunda etapa da construção é dessa época. Não só o contrato, como o partido em U comprovariam. Apoiando-se em Carlos de Azevedo, autor de *Solares Portugueses*, argumenta que essa tipologia originária de meados do XVII esteve em moda durante um século, tendo seu ápice na transição do século XVII para o XVIII. Esta última hipótese tampouco nos convence, pelas seguintes razões.

É pouco provável que os Ávila, à época possuidores de um verdadeiro reino dentro do Brasil, com fazendas que se estendiam além São Francisco com uma extensão avaliada em 800.000km<sup>2</sup>, continuassem vivendo em uma casa de 260m<sup>2</sup>, sem condições para agasalhar seus convidados, dependentes e vassalos. Em segundo lugar, pela extensão da obra empreendida — 1.684m<sup>2</sup> —, conclui-se que a mesma não poderia ser feita por três oficiais, ainda que auxiliados por peões locais, em apenas um ano, como reza o contrato, especialmente tratando-se de um edifício construído quase integralmente em cantaria.

A estes argumentos se somam outros. O partido em U não foi introduzido na Bahia tão tardiamente, como supõe Gonçalves. Uma descrição da Quinta do Tanque, de 1664, dá conta de que ela já possuía naquela época a forma atual, ou seja, o mesmo partido do Paço de Tatuapara, inclusive na elevação do edifício sobre arcadas:

*"Hoje tem 18 cubiculos, além da arcada que rodeia o edifício, corredores e duas galerias, para jogos de movimento. Possui capela, fonte de água sempre nascente, um lago e aléias de árvores ferazes de pomos de ouro (laranjas) que ajudam a repousar honestamente o espírito"*<sup>15</sup> (grifo nosso).

As construções sobre arcos teriam sido inauguradas na Bahia em 1660 com a Casa de Câmara e Cadeia de Salvador e reproduzidas, mais tarde, em outras sedes municipais do Recôncavo, como Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe. Conhece-se, inclusive, um projeto para a segunda alfandega de Salvador, atribuído à segunda década do XVII, onde já se vêem arcadas semelhantes à de Tatuapara, embora sem o pátio de honra.<sup>16</sup>

Entre os dois extremos defendidos por Godofredo Filho e Flávio Gonçalves, separados por um século, preferimos ficar no meio. Tudo indica que aquela obra seria posterior à expulsão dos holandeses do Nordeste, devido às suas semelhanças com outros edifícios coevos de Salvador e pela existência de condições históricas muito favoráveis. É nesse período que se dá a grande expansão das propriedades dos Ávila no Nordeste e se registra o maior surto da atividade edificatória na Bahia colonial, quando são construídos os maiores conventos, edifícios públicos e mansões.

Seria obra empreendida por Francisco Dias D'Ávila, segundo desse nome, que é o grande responsável pela expansão dos currais da família nos atuais estados do Piauí e Maranhão. Tal ampliação não só teria a função de proporcionar maior conforto a seus proprietários e hóspedes e abrigar serviços domésticos dispersos em casas vizinhas, como, primordialmente, criar uma imagem compatível com o poderio do clã. A enorme mole teria substituído a "povoação" descrita por Gabriel Soares, na qual estaria a primeira casa de Garcia D'Ávila.

O novo palácio obedecia a uma concepção oposta à da casa primitiva. Ao invés de um anexo da capela, austero e introvertido, a nova residência era faustosa e pródiga de espaços, com seu belo pátio de honra a cavaleiro do mar. Desse pátio partiam duas elegantes escadas simétricas, protegidas por uma meia-água, que conduziam diretamente ao pavimento nobre. Dessas escadas restam vestígios de sua cobertura na fachada oeste do pátio e fundações comprovadas por Ulisses Pernambucano de M. Neto, em 1979.<sup>17</sup> Braz do Amaral ainda as conheceu, em 1915, e assim as descreveu:

*"Do pateo para o primeiro andar levantam-se duas escadas de alvenaria de largas pedras, que se abrem como duas asas".<sup>18</sup>*  
Borges de Barros confirma:

*"... do pateo de honra subiam duas escadas de pedra que levavam ao primeiro andar".<sup>19</sup>*

Promoveu-se, por outro lado, uma reorientação do edifício. Ao invés de abrir-se para o poente, seguindo a capela, ele volta-se para o mar, que era o seu principal acesso, e de onde soprava a brisa. O pátio de honra e o sótão abertos para o nascente refletem bem esta opção preferencial pela paisagem e pelos alísios.

A ausência de cimalha ou beiral no muro oeste do terceiro pavimento da casa é indício de que seu telhado deslizava até o segundo pavimento. Não é sem razão que o inventário do Visconde da Torre de Garcia D'Ávila, de 1853, refere-se a esse pavimento como um "sótão".<sup>20</sup> O único postigo existente naquela parede servia de acesso ao desvão do telhado do pavimento inferior.

A articulação da nova construção com a antiga enfrentou alguns problemas na área da capela. A solução foi criar uma meia-água, prolongamento do telhado da ala sudeste, sobre a cobertura da capela-mor, como comprovam cachorros e cimalha ali existentes.

Por outro lado, o programa extensivo e o partido adotado empurrariam o novo edifício para a pirambeira, dificultando o acesso pelo pátio de honra e forçando a criação de um subsolo na ala nordeste.

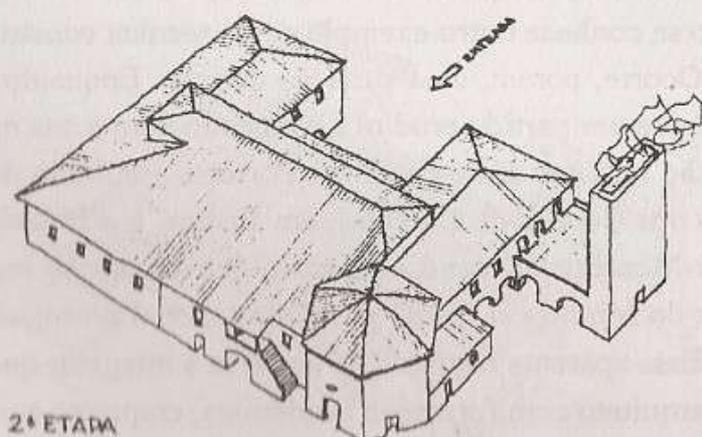
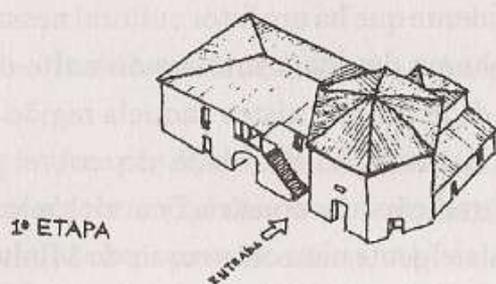
A superposição das paredes de pedra e a simetria de suas alas permitem uma leitura segura do edifício, mesmo nos trechos mais deteriorados como é a ala sudeste. No térreo, em grande parte vazado por arcarias, ficavam serviços como a cozinha, que se articulava com o andar nobre por escada interna, ainda existente, e depósitos com seus vãos protegidos por grades. Seguindo a tradição colonial, deviam ficar também no térreo as acomodações de escravos e serviçais. No corpo central, ao nível do primeiro andar, ficavam os salões sociais, não só pela dimensão dos cômodos como pelo fato de ali chegarem as escadas de acesso social. Nas duas alas e no sótão ficavam os quartos da família.

O mais enigmático elemento da nova construção é um cômodo medindo 1,5 x 8,5m, com uma única porta de acesso, que se continua verticalmente como um poço, afastado da ala sudeste 6,80m e ligado a ela por um terraço de grandes lajes de pedra apoiadas sobre arcarias.

O mais provável é que aquela fosse a base da almenara onde se produzia fumo e se colocavam os fachos luminosos de advertência da aproximação de naus inimigas, de que falam as crônicas, a partir das incursões holandesas à costa baiana.<sup>21</sup> Essas mensagens eram retransmitidas pelas aldeias jesuíticas de São João (Mata de S. João), Espírito Santo (Abrantes) e povoações de Itapuã e Rio Vermelho para serem captadas em Salvador.

A localização de tal almenara na direção sul facilitava sua visualização das aldeias referidas e o seu afastamento da casa evitava que fagulhas pudessem atingi-la. A imagem dessa almenara, pouco mais alta que a casa, ainda viva na memória dos moradores mais velhos da região, seria captada e reinterpretada por Borges de Barros como sendo uma torre de menagem:

*"A torre erguia-se logo após a entrada, dominando o edifício, distando seis metros mais ou menos do paredão do frontal, tendo ao redor, suspenso sobre arcadas, o largo passeio de ronda".<sup>22</sup>*



As primeiras sinalizações teriam sido feitas durante o episódio da ocupação holandesa de Salvador, de forma mais ou menos improvisada. Sua eficiência e utilidade teriam levado os Ávila, provavelmente atendendo a pedido das autoridades, a incluírem no programa do novo palácio uma almenara. Esse seria um testemunho material a reforçar a hipótese da construção da segunda etapa da casa ainda sob o impacto da guerra contra os batavos. A prevalecer a hipótese de Flávio Gonçalves, não haveria razão para a construção de uma almenara em pleno século XVIII, quando as incursões estrangeiras à costa baiana já haviam cessado.

Algumas características construtivas dessa etapa devem ser ressaltadas. Ao contrário da fase anterior, quando se importou praticamente todo o material necessário, essa nova construção utilizou exclusivamente materiais locais e uma tecnologia construtiva mais rudimentar que a utilizada um século antes.

Mesmo em situações onde a solução natural seria uma abóbada, como no terraço que separa a ala sudeste da almenara, preferiu-se utilizar grandes lajes de pedra apoiadas sobre arcos. Para isto teriam contribuído algumas circunstâncias, como a abundância do material lítico, o arenito ferruginoso já referido, e a disponibilidade de mão-de-obra escrava pouco qualificada. Mas é evidente que há um fator cultural nessa preferência. Ali intervieram, sem nenhuma dúvida, canteiros do norte de Portugal.

A abundância de granitos e xistos daquela região lusa fez com que o homem, a partir da transição da idade do cobre para a do ferro, desenvolvesse uma tradição de construções ciclópicas arquivadas muito difundida e ainda vigente nas zonas rurais do Minho. Em Tatuapara, condições especiais, como a facilidade de obtenção e a brandura do arenito local, teriam permitido a reprodução dessa tradição, tanto assim que não se conhece outro exemplo dessa técnica construtiva no país.

Ocorre, porém, uma situação curiosa. Enquanto o projeto dessa etapa segue um partido erudito e avançado para a sua época, já que sua expressão máxima só se daria em Portugal no início do XVIII, com o Palácio dos Condes de Galvéias, em Lisboa, e o Solar dos Mateus, em Trás-os-Montes, sua técnica construtiva e decoração seguem a tradição popular do Minho e o "estilo chão" tradicional português.

Essa aparente contradição nos leva a imaginar que seu risco fosse de um arquiteto com formação acadêmica, enquanto sua interpretação e execução deveram-se a simples pedreiros do norte de Portugal. A dificuldade de acesso à obra, distante mais de 100km de Salvador em lombo de burro ou em mar aberto, teria dificultado uma participação mais efetiva do arquiteto na construção.

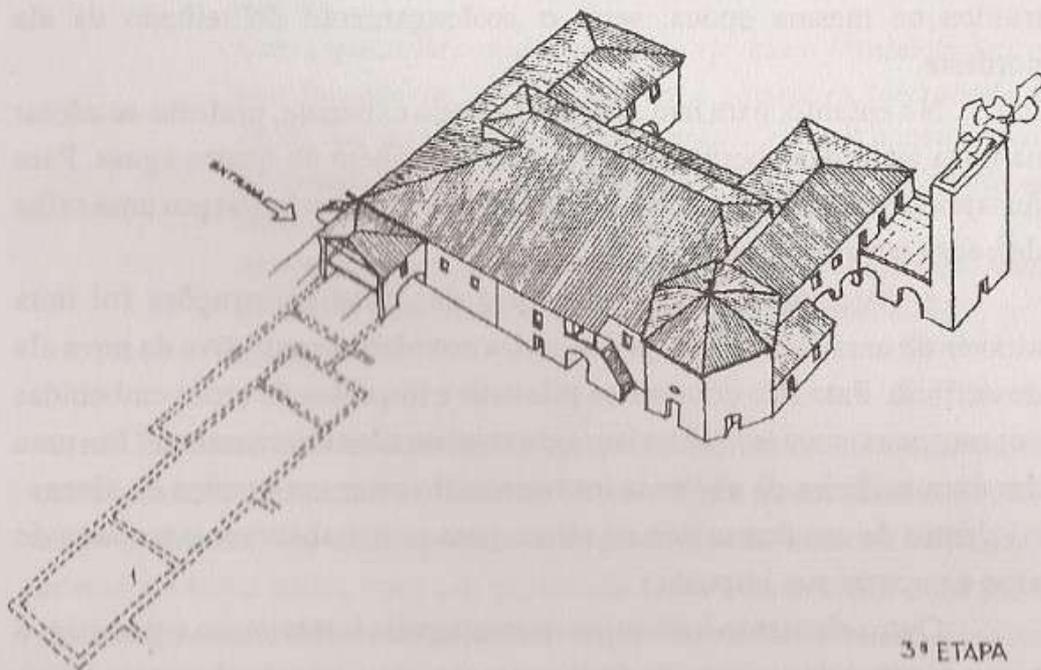
Quem poderia ser tal profissional? O único projetista com estas características e que se encontrava na Bahia nesse período era o beneditino espanhol Fr. Macário de São João. Ele era um arquiteto inteiramente atualizado com as últimas correntes européias. Foi ele quem introduziu a revolucionária planta de II Gesu de Roma na Bahia, nos conventos de Santa Tereza e São Bento.

Seria ele também, segundo D. Clemente da Silva Nigra, o autor de um edifício que apresenta grande semelhança construtiva com o palácio de Tatuapara, a Casa de Câmara e Cadeia de Salvador, ambos construídos sobre arcarias. Por último, as tradicionais relações dos Ávila com os beneditinos, ao contrário do que ocorria com as demais ordens, reforçam a hipótese de poder ter sido ele o autor do risco.

Pode-se então situar a construção da segunda etapa da vivenda dos Ávila em Tatuapara entre 1660, época da construção do Paço Municipal, e 1676, quando morre o grande arquiteto beneditino em Salvador.

### Terceira etapa — Instalação do Morgado e Ampliações do Paço

A presença de um apêndice assimétrico no fundo do edifício e um segundo pátio, de que sobram fundações e testemunhos, é incompatível com o rigor compositivo do paço seiscentista. Além do mais, uma série de indícios construtivos demonstra ser aquela ala posterior ao restante do edifício.



Tal etapa construtiva estaria relacionada com a instalação formal do morgado da família Ávila, cujo primeiro titular foi Garcia D'Ávila Pereira, sucessor de Francisco Dias D'Ávila II, em 1694, e administrador

daquelas propriedades até 1734, quando faleceu em Salvador. É exatamente ele quem fez a contratação no Porto de dois mestres canteiros e um pedreiro, em 1716, para trabalharem durante um ano em Tatuapara. A escala dessa ala, 671m<sup>2</sup> de área construída, é perfeitamente compatível com o número de mestres contratados e prazo previsto.

Essa ampliação deveria atender às novas atribuições administrativas e aspirações do primeiro morgado regular. Sua condição de apêndice do palácio indica que devia abrigar funções bem diferenciadas da residência nobre, provavelmente escritórios, depósitos e acomodações para feitores, sem grande aproximação com a família. Um certo refinamento construtivo, como o emprego de abóbada de pedra, calha e buzinode do mesmo material, comprova a intervenção de profissionais bem mais qualificados que os utilizados na fase anterior.

Em segundo lugar, as características da articulação do corpo central do edifício com a nova ala indicam claramente que ela foi inserida posteriormente. Não existe naquela esquina do edifício nenhuma amarração de paredes, senão o tradicional cunhal de acabamento. No nível da cobertura, a articulação natural dos dois corpos, se tivessem sido construídos na mesma época, seria o prolongamento do telhado da ala nordeste.

No entanto, para não alterar o telhado existente, preferiu-se adotar na nova ala uma cobertura independente, também de quatro águas. Para justapor os dois telhados bastou substituir-se o antigo beiral por uma calha de pedra terminada em buzinode.

A articulação dos pisos nobres das duas construções foi feita através de uma abóbada de pedra, outra novidade construtiva da nova ala do edifício. Para isto criaram-se pilastras e impostas de arcos embebidas nos muros existentes, que teriam sido engrossados internamente. Em uma das extremidades da abóbada foi necessário criar um maciço de alvenaria dentro de um dos salões do térreo para poder absorver o empuxo do arco e ancorar sua imposta.

Outro elemento indicativo de que aquela intervenção é posterior à segunda etapa de construção do monumento é o emprego de arenito claro nas pilastras e impostas da abóbada, material que não é encontrado em nenhuma outra alvenaria do edifício seiscentista, mas apenas em cercaduras de vãos e lajes da ligação da almenara com o paço.

Dessa ala se conservam as fundações, cadastradas por Fernando

Machado Leal, no período de 1958-59.<sup>23</sup> Por elas sabe-se que a nova construção avançava 39 metros em direção ao poente e possuía uma área construída de 671m<sup>2</sup> distribuída em dois pisos. Uma descrição de Braz do Amaral indica tratar-se de uma construção elevada sobre pilares ou arcos:

*... "bases de muitos pilares, construídos em linhas regulares, simetricamente espaçados uns dos outros, alguns deles já quase rentes à terra, mas indicando todos que se acham ali restos evidentes de uma edificação a que eles serviram de apoio e sólido sustentáculo".<sup>24</sup>*

No depoimento prestado a Borges de Barros pelo Sr. Nonato José dos Santos, que vivia em Tatuapara há mais de 40 anos e ouviu muitas histórias de uma velha moradora falecida em 1899, há referências a essa ala. Sua narrativa é confirmada por vestígios arqueológicos e construtivos:

*"Até 1872, dois pretos africanos tomaram conta do castelo, que estava em perfeito estado de conservação e sob o domínio dos Argolo.*

*Com a queda de paredes, disse-me ele que o frontal do Castelo está incompleto, pois, encostado à gameleira (derrubada em 1958), havia um portão de ferro que dava entrada para uma parte abobadada e esta dava num pateo e este para a escadaria que subia para o interior do Castelo.*

*As arcadas, que são em número de três, eram fechadas com portas de cedro com almofadas e muito bem trabalhadas"<sup>25</sup> (grifo nosso).*

Por esse relato conclui-se que, mais uma vez, foi mudada a orientação do complexo da Casa da Torre. O que era considerado nessa etapa o "frontal" do edifício era a fachada norte. Ali estava a abóbada de acesso ao novo pátio, com seu portão de ferro e as arcadas com portas almofadadas muito bem trabalhadas, de que falava o Sr. Nonato. Ele ainda conheceu duas dessas portas em casas de moradores vizinhos, como D. Clara M<sup>ª</sup> de Jesus, que morava na Cachoeira do Pau Grande, no Pojuca, e Sr. Amâncio, morador do Tanque, contíguo ao arraial de Tatuapara.

É compreensível essa mudança. A entrada pelo pátio de honra nunca funcionou, devido a depressão da topografia, e pelo norte chegava

o caminho que ligava o paço ao porto e arraial de Tatuapara e prosseguia pelo sertão adentro, onde estavam os grandes currais dos Ávila. Se ali estava o acesso principal, é natural que aquela nova ala se transformasse em frontispício.

Mas a nova construção bloqueava o acesso à casa quinhentista, que continuava a ser, de fato, o vestibulo do palácio. Era preciso, portanto, criar uma abóbada que permitisse vazar aquele maciço e chegar ao novo pátio, de onde nascia a velha escada, junto à capela. Os pedreiros do Porto procuram, a seu modo, dar ao novo pavilhão um tratamento compatível com a sua função de entrada do conjunto.

Nessa oportunidade se construiu na ala nordeste uma escada de acesso diretamente ao pavimento nobre, junto à abóboda de entrada ao conjunto, cujas fundações e imposta do arco de sustentação ainda se conservam. O rompimento da modulação e desarticulação do nível das vergas da velha fachada, com a abertura do novo postigo, confirmam o caráter de adaptação dessa intervenção, como de resto as demais soluções de telhado e articulação dos pisos.

Tratava-se, na verdade, de uma ampliação e arranjo executados por pedreiros hábeis, mas sem visão de conjunto, ao contrário das intervenções anteriores, que obedeceram a planos bem concebidos por arquitetos de formação erudita. Eram arranjos destinados a atender a demandas pragmáticas ligadas às novas formas de gestão do latifúndio.

Fica a pergunta: por que a ala mais nova do conjunto seria a primeira a arruinar-se? Temos razões para acreditar que, uma vez extinto o regime de morgado, em 1835, esse apêndice, por sua especificidade, seria o primeiro a ser abandonado. Mais que isto, suas ruínas teriam sido demolidas e saqueadas para o aproveitamento de sua cantaria na armação de baleia construída sobre as fundações do fortim que o mesmo Garcia d'Ávila Pereira reedificou, a pedido de D. Rodrigo da Costa, em 1703, na enseada de Tatuapara.<sup>26</sup>

A quantidade mínima de pedras encontradas, em 1958, próximo àquela ala e que ainda se guardam dentro do monumento, e a similitude da cantaria encontrada nas instalações de beneficiamento de óleo de baleia sugerem que se trata do mesmo material reutilizado para uma nova função. A possibilidade de que aqueles silhares tenham sido utilizados pelas populações vizinhas é remota, não só pelo peso de suas peças, como pela inexistência de vestígios na arquitetura local.

Todas estas questões só poderão ser cabalmente esclarecidas com uma prospecção arqueológica cuidadosa, como a que se está programando para os próximos meses. São questões fundamentais, não só para o esclarecimento da própria história do monumento, como para o encaminhamento de sua restauração. Uma coisa é certa: estes estudos poderão esclarecer muito mais sobre a natureza do monumento que a descoberta de uma planta cuja existência nunca foi provada.

- 
- 1 - BRANDI, Cesare, *Teoria del Restauro*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1963, p. 34.
  - 2 - Vide SMITH, Roberto C. *As Artes na Bahia, I Parte, Arquitetura Colonial*. Salvador, Progresso, 1955.
  - 3 - GODOFREDO Fº. "A Torre e o Castelo de Garcia D'Ávila" in *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 3, p. 253-4. Rio de Janeiro, 1939.
  - 4 - CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*, Coleção Brasileira nº 22. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, p. 18-24.
  - 5 - Quem primeiro levantou essa hipótese foi José Wanderley PINHO. "Em torno do Castelo de Garcia D'Ávila" in *Rev. do IGHBA* nº 55, p. 406-7. Salvador. 1929.
  - 6 - AMARAL, Braz do. "O Castelo da Torre" in *Recordações históricas*. Porto, Tip. Econômica, 1921.
  - 7 - É muito provável que também o tijolo tenha sido trazido de fora, se consideramos que durante a ampliação do século seguinte evitou-se o emprego desse material, preferindo-se a pedra local.
  - 8 - PINHO, Wanderley. "Testamento de Mem de Sá", Separata de *Anaes do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941, p. 54-5.
  - 9 - SOUZA, José João Rigaud de, "Casas-Torre ainda existentes nos arredores de Braga" in *O Distrito de Braga*, V, III, série 2, fascículos I-IV. Braga, 1978.
  - 10 - Fernando Fonseca chega a ver influência italiana na capela. Vide "A Torre de Garcia D'Ávila" in *Universitas* nº 8/9. Salvador, jan/ago 1971, p. 53-70.
  - 11 - *Tesouros Artísticos de Portugal*. Porto, Seleções do Reader's Digest (Portugal), 1980, p. 235.
  - 12 - A mesma concepção espacial e construtiva é encontrada na Capela de N. S. do Patrocínio do antigo Engenho Una, no Município de Santa Rita, atual Lucena, Paraíba. Esta do início do XVIII e com lanternim. Semelhança já ressaltada por Augusto da Silva Telles em *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1975, p. 67-8. É possível que aquela capela tenha se inspirado na dos Ávila.
  - 13 - Vide *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 544.
  - 14 - GONÇALVES, Flávio. "Obras do século XVIII na Torre de Garcia D'Ávila" in *Rev. Barroco*, nº 11, p. 7-11. Belo Horizonte, 1981.

- 15 - LEITE S. J., Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa / Rio de Janeiro, 1938-1956, v. 5, p. 161-3.
- 16 - SMITH, Robert C. Op. cit.
- 17 - Proposta realizada pela firma Pesquisa Arqueológica & História, Ltda. para a 4ª Região da IPHAN, 1979, mimeo.
- 18 - AMARAL, Braz do. Op. cit.
- 19 - Ibidem, p. 43.
- 20 - Arquivo Público do Estado da Bahia. Maço 880, n. 6, p. 226-39.
- 21 - A conformação daquele cômodo tanto sugere uma chaminé alongada, como as das casas do sul de Portugal, como uma torre retangular em cujo âmago se desenvolvia uma escada para chegar a seu topo, onde eram colocados os archotes.
- 22 - BORGES DE BARROS, Francisco. *Arqueologia e História*. Salvador, Imp. Oficial da Bahia, 1928, p. 134 e seguintes.
- 23 - MACHADO LEAL, Fernando. *A Casa da Torre de Garcia D'Ávila*. Relatório elaborado pela RESCON, Restaurações e Construções Ltda., para a SPHAN. Salvador, 1979, mimeo.
- 24 - AMARAL, Braz do, op. cit., p. 321-31.
- 25 - BORGES DE BARROS, Francisco. "O Castelo da Torre de Garcia D'Ávila" in *Anaes do Arquivo Público da Bahia*, V. XXIV, p. 43.
- 26 - Correspondência de D. Rodrigo da Costa datada de 28/6/1703, Livro de Ordens Régias, nº 13, p. 60 in *Anaes do Arquivo Público da Bahia*, V. 4/5, p. 210-1.